

INAUGURAÇÃO DO FÓRUM “DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE ANDRADE”, DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO GAMA

No dia 8 de agosto de 2001, às 9h30, realizou-se a solenidade de inauguração do Fórum do Gama, ao qual, em justa homenagem, foi dado o nome de “Fórum Desembargador José Fernandes de Andrade”. À solenidade, presidida pelo Desembargador Edmundo Minervino, compareceram o Desembargador José de Campos Amaral, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves, Corregedor da Justiça do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, o Vice-Governador do Distrito Federal, Benedito Augusto Domingos, o Desembargador Mario Machado, Presidente da AMAGIS, o Doutor J.J. Safe Carneiro, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, Desembargadores, Juízes, a Secretária de Educação, Eurides Brito da Silva, o Secretário da Segurança Pública, Athos Costa de Faria, o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Gim Argello, Deputados Federais, Deputados Distritais, Procuradores do Distrito Federal, advogados, membros do Ministério Público, Familiares do homenageado, servidores e convidados.

Inicialmente usou da palavra a Doutora Sonéria Rocha Campos, Diretora do Fórum, que em nome dos Juízes e servidores da Circunscrição Judiciária congratulou-se com a Direção do Tribunal pela inauguração do novo Fórum.

O Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, fez pronunciamento congratulando-se com o Tribunal de Justiça pela inauguração do Fórum, que representa grande conquista para a prestação jurisdicional aos habitantes da Região Administrativa do Gama.

Em nome do Tribunal discursou o Desembargador Edmundo Minervino, Presidente. Agradecendo pela Família do homenageado, proferiu oração o Desembargador Lécio Resende da Silva.

Transcrevem-se, nas páginas seguintes, os discursos proferidos.

**DISCURSO PROFERIDO EM 08.08.2001, PELA JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM DO
GAMA - SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO**

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal - Joaquim Roriz

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do
Distrito Federal - Edmundo Minervino

Dignas Autoridades Presentes

Caros Colegas de Magistratura

Prezados Funcionários de Justiça

Senhores e Senhoras

Na data de hoje, em que inauguramos as novas instalações do Fórum do Gama, estivemos pensando sobre a máxima de que "Tudo o que é precioso, é tão difícil quanto raro", e chegamos à conclusão de que, realmente, para que tenhamos estas obras como "preciosas", foi preciso enfrentar muitas dificuldades, afastar obstáculos de toda ordem, tirar o Judiciário local de suas acanhadas dependências, por meio de iniciativas ao mesmo tempo difíceis e incomuns. Raras, portanto.

O Judiciário, como órgão-fim, e os que atuam ao seu lado, com ele colaborando, municiando-o de recursos materiais e humanos, como órgãos-meio, formam um arcabouço perfeito para o bom funcionamento do aparelho judiciário, que, dessa forma, capacita-se para administrar uma justiça apta a atender os anseios daqueles que dela se socorrem.

Temos íntima convicção de que a cidade-satélite do Gama galgará índices cada vez mais elevados de ordem, disciplina e integração à vida em sociedade, porque vai contar com um Poder Judiciário mais aparelhado e mais atuante na aplicação do Direito.

Dizemos isso em nome de todos os juízes que atuam nesta Circunscrição, bem como de todos os funcionários que colaboram para que possamos realizar a prestação jurisdicional adequada, os quais não olvidam esforços na busca de romper, cada vez mais, a distância entre o Judiciário e o cidadão comum, com o fito de satisfazer as necessidades da comunidade local.

Esperamos que todos os que venham a acorrer ao Fórum do Gama possam encontrar, na pessoa de todos os que nele atuam, a mais lúdima proteção jurisdicional.

Que Deus nos abençoe neste lugar.

Obrigada.

**DISCURSO DE INAUGURAÇÃO DO FÓRUM DO GAMA - DESEMBARGADOR
JOSÉ FERNANDES DE ANDRADE, PROFERIDO PELO DES. EDMUNDO
MINERVINO - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Senhoras e Senhores,

Nesta data de hoje, 8 de agosto de 2001, estamos registrando mais um momento de singular júbilo, alegria e realização administrativa, ao inaugurarmos mais um Fórum de nossa Justiça, nesta oportunidade, o da Circunscrição Judiciária do Gama, ao qual, por decisão unânime da Corte, deu-se o honrado nome do Des. José Fernandes de Andrade. Tais solenidades não obstante guardem entre si a mesma expressão, cada uma delas, entretanto, tem sentido e significado próprio. A inauguração de um Fórum, ao expressar o propósito da prestação jurisdicional à comunidade na qual se instala, representa o indeclinável compromisso do Tribunal de Justiça de oferecer melhor serviço a seus jurisdicionados, para o pleno exercício de sua cidadania; e instrumentaliza o Órgão Jurisdicional de estrutura adequada para as suas atividades específicas.

Nossa Lei de Organização Judiciária, de nº 6.750/79, ao descentralizar nossa Justiça de Primeiro Grau, concernentemente às Regiões Administrativas do Distrito Federal, criou, respectivamente, as Circunscrições Judiciárias de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina e Brazlândia, destinando à do Gama duas Varas Cíveis e uma Criminal, cuja estrutura alterada pela Lei nº 8.185/91 passou a ser: duas Varas Cíveis, uma de Família, Órfãos e Sucessões, duas Criminais e uma do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito; com a modificação trazida pela Lei nº 9.699/98, esta Circunscrição Judiciária se encontra assim dotada: duas Varas Cíveis, três de Família, Órfãos e Sucessões, duas Criminais, um Tribunal do Júri e dos Delitos do Trânsito e quatro Varas dos Juizados Especiais, sendo duas Cíveis e duas Criminais, já instalados o 1º e 2º Juizados Especiais de Competência Geral.

Este novo prédio conta com 12.327 m²; suas obras orçaram em R\$ 5.476.000,00, ao preço médio de R\$ 444,23 por m²; conta, ainda, com uma área urbanizada de 4.714 m². Além das Varas acima referidas, este prédio abrigará serviços judiciários e administrativos, de atendimento à saúde, uma agência do Banco do Brasil, instalações do Ministério Público do Distrito Federal, da Defensoria Pública, da OAB-DF e da Central de Coordenação da Execução de Penas e Medidas Alternativas - CEPEMA. Lançada a pedra fundamental em março do ano passado, o início da construção só veio a ocorrer, efetivamente, em setembro subsequente. Significa dizer, a menos de um ano de construção, é hoje o Fórum entregue à

comunidade. À ESTACON S/A - Engenharia, empresa responsável pela edificação do prédio, na pessoa do Engenheiro de Obra, Dr. Antônio Divino Teixeira, a manifestação pública desta Presidência pelo modo correto na consecução da empreitada. Aos Doutores Ney Virgílio e Alexandre Saffri, nossos arquitetos, autores do projeto arquitetônico e fiscais da obra, os agradecimentos pelo devotamento com que se entregaram ao seu mister.

Esta é a casa do povo, destinada a todos aqueles que buscam a solução do conflito de seus interesses. Por algumas vezes já o disse, mas a repetição se justifica: a Casa da Justiça, no mesmo espaço comunitário, no qual se insere, dentre os bens públicos de uso especial, é a que efetivamente permite a todos para que aqui correm a igualdade perante a lei. Nesta Casa, o cidadão encontrará, para a defesa de seus direitos e interesses, na pessoa do Juiz, o legítimo representante do Poder Judiciário, vanguardeiro da paz social, do restabelecimento da vontade emergente da lei, quando violada. Jamais poderia o Administrador do Poder Judiciário descurar-se, em sua gestão administrativa, de possibilitar aos jurisdicionados a efetiva e ampla oportunidade de obter o pronunciamento jurisdicional no exercício do seu direito de cidadania.

Senhoras e Senhores, ao emprestarmos ao Fórum do Gama o honrado nome do Desembargador José Fernandes de Andrade faz esta solenidade alcançar maior relevância. Sua vida pessoal e de magistrado são exemplos que merecem ser guardados por todos nós.

Esse ilustre mineiro nascido na cidade de Diamantina, em março de 1911, ali mesmo fez seu curso primário no Grupo Escolar "Mata Machado" e no Grupo Escolar de Corinto, vindo a concluí-lo em Belo Horizonte, onde fez o curso secundário e o de Bacharel em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em seu estado natal, foi Promotor de Justiça em Guanhães; por concurso público realizado em 1946, foi Juiz Municipal e Juiz Substituto em Esmeraldas, e Juiz Municipal e Juiz de Direito em Belo Horizonte. Sua experiência de magistério, na docência da Língua Portuguesa e de Direito Processual Penal, é registro de seu *curriculum*.

Uma nova caminhada o destino traçava-lhe cuidadosamente.

Instalado na nova Capital da República o Tribunal de justiça do Distrito Federal e Territórios, pela Lei nº 3.754, de 14.abril.1960, o Dr. José Fernandes foi convidado e aceitou o cargo de Juiz de Direito de nossa Justiça, por nomeação do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, como titular da 2ª Vara Criminal, cuja posse ocorreu em 05.setembro.1960. Por merecimento, foi promovido ao cargo de Desembargador de nossa Corte em maio.1967. O exercício da judicatura de Segundo Grau lhe conferiu a experiência para as funções administrativas.

No biênio 1968/1970 e no de 1970/1972, exerceu, respectivamente, as funções de Vice-Presidente e Corregedor e de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - DF. De nosso Tribunal, foi Corregedor de Justiça no biênio de 1978/1980, e seu Presidente no período de abril de 1980 a março de 1981, por força de sua aposentadoria, ao completar 70 anos de idade.

Ao falecer, em abril de 1998, deixou viúva a Senhora Maria Flor de Maio Miranda de Andrade, dedicada e fervorosa companheira de caminhada, por 61 anos; dessa união nasceram-lhes os filhos Arilda Andrade de Freitas, Natália Andrade e José Fernandes de Andrade Filho, prole esta que se multiplicou com a chegada de 7 netos, 8 bisnetos, genros e nora.

Esta é a homenagem, Senhoras e Senhores, que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios presta, neste instante, ao Des. José Fernandes de Andrade, aqui representado por sua digníssima esposa, Sra. Maria Flor de Maio Miranda de Andrade, que ao recolhê-la deve compartilhá-la com seus familiares.

A todos, cujas presenças abrilhantaram e deram significado especial a esta solenidade, meu muito obrigado.

DISCURSO DO DESEMBARGADOR LÉCIO RESENDE DA SILVA

Excelentíssimo Senhor Desembargador Edmundo Minervino, eminente Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Excelentíssimo Senhor Desembargador Campos Amaral, eminente Vice-Presidente; Excelentíssimo Senhor Desembargador Nívio Gonçalves, eminente Corregedor da Justiça; Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Roriz, Governador do Distrito Federal; Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Distrito Federal, Dr. Benedito Domingos; eminentes Desembargadores, ativos e aposentados; Excelentíssima Senhora Juíza de Direito Diretora do Fórum desta Circunscrição Judiciária, Doutora Soníria Rocha Campos D'Assunção; Excelentíssimos Senhores Secretários do Governo do Distrito Federal; Excelentíssimo Senhor Administrador Regional do Gama, Doutor Euzébio Pires de Araújo; Excelentíssimos Senhores membros do Ministério Público do Distrito Federal; Excelentíssimo Senhor Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, Doutor Safe Carneiro; Excelentíssimo Senhor Presidente da Subsecção da Ordem dos Advogados do Brasil desta Circunscrição Judiciária, Doutor José Adilson Barbosa; senhores servidores; autoridades militares e eclesiásticas presentes; minhas senhores e meus senhores.

Incumbiram-me os familiares do eminente e saudoso Desembargador José Fernandes de Andrade, de interpretar o sentimento de gratidão por haver o egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, decidido, por unanimidade, conferir o seu nome a este majestoso edifício que, a contar desta data, passa a abrigar os serviços judiciários desta Circunscrição do Gama.

Ao receber a incumbência, surpreso, indaguei sobre qual teria sido a razão de uma tal designação, sendo informado que o saudoso Desembargador José Fernandes me considerava como o filho que gostaria, também, de ter tido.

Tal revelação calou fundo no mais recôndito do meu ser, e me fez refletir, incontinenti, sobre o prólogo do Eclesiastes, escrito por Salomão, o filho de Davi: “ vaidade das vaidades, tudo é vaidade”.

Imunizado, pois, devo dizer que não terá sido por esse vício que aceitei a missão que me foi outorgada.

Foi, isto sim, para dar testemunho de que aceitei a paternidade por via da adoção, sem processo e sem julgamento, mas que se consumara tendo por instrumento o coração, e como veículo, o amor.

Sim, porque entendo que na relação entre pai e filho, a seiva que a alimenta não pode reduzir-se a simples amizade. Deve, necessariamente, nutrir-se do seu amor perfeito, que, no dizer do Padre Antônio Vieira, no seu Sermão do Mandato, “ só merece o nome de amor, vive imortal sobre a esfera da mudança, e não chegam lá as jurisdições do tempo. Nem os anos o diminuem, nem os séculos o enfraquecem, nem as eternidades o cansam”.

Por isto, esta solenidade é também um encontro da gratidão e da saudade, saudade tão magistralmente definida nos versos do grande Mário Palmério, e cantada pelo artista Almir Sater; de reminiscências, que nos trazem à memória a figura do notável Magistrado, de personalidade multiforma, íntegro, culto, estudioso, operoso, sábio, inabalável nas suas convicções, irônico quando dele se exigia a ironia, que se comprazia em exaltar as virtudes alheias, que julgava com o coração e a razão, e que foi, por isso mesmo, rigorosamente justo.

Para isso demonstrar, basta que nos debrucemos sobre os numerosos livros que escreveu, sementeiras de extraordinárias lições de vida, livros esses que são as suas sentenças, na Justiça do Estado de Minas Gerais, e desta Capital, e os venerandos acórdãos, sempre invocados nos julgamentos, porque sempre atuais.

Meu primeiro contato com o saudoso Desembargador José Fernandes ocorreu nas provas orais do concurso para ingresso na Magistratura do Distrito Federal, cuja Comissão

integrava, como examinador de Direito Penal e Direito Processual Penal, diga-se, o último certame de que participaria. Foi o último a me examinar.

Nomeado, designou-se a posse para o dia 24 de agosto de 1979, e comparecendo ao Tribunal na véspera, decidi que não deveria assumir o cargo, porquanto já estava indicado pelo egrégio Tribunal de Justiça de Goiás, pela Sexta vez consecutiva, à promoção, por merecimento, para a terceira e última entrância, mais precisamente, para a Comarca de Morrinhos. E a defasagem vencimental era notável.

Decidido a retornar ao mês Estado natal, procurei a Divisão de Pessoal para requerer a desistência. Desse fato foi informado, incontinenti, o saudoso Desembargador José Fernandes, então ilustre Vice-Presidente e Corregedor da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Determinou fosse eu convocado à sua presença.

Nessa ocasião, fazia-me acompanhar de minha esposa. Fomos recebidos por Sua Excelência, que, após discorrer sobre a Justiça do Distrito Federal, de que se orgulhava, pretendeu saber dos motivos que haviam inspirado uma tal decisão. Falei-lhe a respeito da Comarca de Morrinhos. Ouviu-me em silêncio, fazendo-me suprir que concordava com a minha decisão. Quando retornou a palavra, porém, foi para dizer-me: “Conheço a Comarca de Morrinhos. Ela é tão boa que nem a erosão acabou com os morrinhos de lá”. Impressionado com a irreverência, e convencido com a força de uma tal argumentação, a partir daí, não tive mais dúvidas, e decidi tomar posse no cargo e reiniciar a minha carreira na Magistratura do Distrito Federal.

Defensor da descentralização e desconcentração da prestação jurisdicional, porquanto já naquela época entendia que devesse ser facilitado o acesso de todos à Justiça, lutou ao lado do saudoso Desembargador Leal Fagundes, então Presidente do Tribunal, até vir a lume a Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, que, alterando a Organização Judiciária, criou as primeiras cinco Circunscrições Judiciárias, quais sejam as de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina e Brazlândia, todas instaladas no dia 3 de março de 1980, com a sua presença.

Creio que os jurisdicionados dessas cidades muito devem a Sua Excelência.

Após a minha investidura, designou-me para atuar, ao mesmo tempo, em nove, das vinte e oito Varas então existentes no distrito Federal, e nessa condição permaneci até ser incumbido de servir nesta Circunscrição Judiciária, a contar de sua instalação.

Portanto, não poupou o saudoso Desembargador, aquele que mais tarde seria seu filho adotivo.

O jornal “O Diário de Minas”, edição do dia 25 de outubro de 1953, estampou a seguinte manchete: “Da escova de engraxate à augusta toga de Magistrado - A história fabulosa do dr. José Fernandes de Andrade, juiz da 3ª Vara Criminal de Belo Horizonte”.

Assim principia o jornalista Osiris Rocha: “Esta reportagem contará a história de um homem excepcional. Que saiu do nada, sofreu terrivelmente durante longos anos; enfrentou adversidades, sem os esmorecimentos dos puslânimes, foi engraxate, jardineiro, faxineiro, servente, barbeiro e hoje é um acatado juiz em Belo Horizonte. É uma história triste, de prolongados sofrimentos, que ora se coroam com o galgar de posições elevadas, obtidas pelo mérito e pelo trabalho constante. Nela não será difícil localizar a chama que ilumina os grandes homens e que trouxe muitos gênios da completa obscuridade para a glória. Chama característica dos maiores - que provindos de humildes origens, se projetam pelo seu próprio e grande valor perante os homens, para merecerem deles o respeito e a admiração profunda, destinada àqueles que sabem esforçar-se incansavelmente à procura de um ideal de Justiça, de cultura e de inteligência”.

Aos dez anos já trabalhava como engraxate, ajudando o pai a manter a família. Aos treze, tornou-se, ao lado de seu genitor, jardineiro do Colégio Sagrado Coração de Jesus e do Jardim de Infância Delfim Moreira, já em Belo Horizonte, enquanto cursava o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, dirigido por D. Helena Pena, e onde logrou ser premiado com duas medalhas de mérito: - uma de procedimento e outra de aplicação, no 2º e 3º anos primários, demonstrando desde a sua infância e adolescência os seus dotes intelectuais e o seu amor aos estudos.

Nessa época, sua professora, D. Alzira Fagundes, entusiasmada com os progressos do aluno e sabedora das dificuldades da família, lhe conseguiu o segundo emprego na Capital: - o de contínuo da Assembléia Legislativa, para servir café aos deputados.

Seguiu-se o exercício do emprego de faxineiro da Guarda Civil, e da profissão de barbeiro, e nessa condição, trabalhando para professores e alunos do Colégio Arnaldo, custeou ali o curso ginásial.

Veio o ingresso na Casa de Afonso Pena, da Universidade de Minas Gerais, dirigida pelo Doutor Francisco Brant.

Para custear os estudos superiores, no segundo ano, viu-se na contingência de tocar banjo no “jazz” universitário, e os 3º e 4º anos viu bem sucedidos seus pedidos à Caixa de Assistência Mendes Pimentel, destinada exatamente, a auxiliar os universitários sem recursos.

Formando-se em direito em 29 de novembro de 1940, seus amigos, entusiasmados com sua vitória, deram-lhe, de presente, o anel de formatura.

Foi Promotor de Justiça da Comarca de Guanhães, e Juiz de Direito da Comarca de Esmeraldas, antes de ser promovido, “por alto merecimento”, para a Capital Mineira.

Com a fundação de Brasília, foi convidado pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitcheck, seu conterrâneo e amigo, para integrar a Justiça do Distrito Federal.

Foi titular da 2ª Vara Criminal, até ser promovido, por merecimento, em 23 de maio de 1967, ao cargo de Desembargador.

O jornal “Correio Braziliense”, edição de 25 de maio daquele ano, noticiou o fato, colocando em evidência: “Agora atingiu o ápice da carreira, aquele cuja vida se constitui num verdadeiro exemplo de persistência, trabalho e dedicação, pois é interessante destacar que, quando criança, exerceu os mais humildes misteres. Iniciando sua vida como engraxate, quando jovem, foi padeiro e depois barbeiro, profissão esta última que o viu concluir os estudos jurídicos. Após a colação de grau, trocou a cadeira de barbeiro pela balança de Themis, iniciando-se na vida jurídica, dentro do Ministério Público. Assim, na curul da magistratura do Distrito Federal, esta colocado, pelo seu mérito, o novo Desembargador José Fernandes, cuja toga é bem um símbolo e um exemplo para todos, principalmente para os jovens...”

Era um cultor das letras e das artes, leitor assíduo de Eça de Queiroz, do Padre Vieira, do Padre Manuel Bernardes, de Monteiro Lobato e Machado de Assis, e profundo conhecedor das obras de Mozart, Beethoven, Chopin, Tchaikowsky e a fabulosa dinastia dos Strauss.

Era apaixonado pela família que constituía.

Torcedor fanático do Clube Atlético Mineiro, foi seu Presidente, assim como foi Vice-Presidente da Federação Mineira de Futebol e Juiz do Tribunal de Justiça Desportiva.

Este, o retrato do homenageado.

Senhoras e Senhores,

Sou daqueles que acreditam, como Guimarães Rosa, que “As pessoas não morrem, ficam encantadas”.

Além disso, o título que se concede a este fórum tem caráter perpétuo.

Assim, sabedor que a Casa do Pai tem muitas moradas, e que numa delas hoje habita o saudoso Desembargador José Fernandes, seja-me permitido rogar ao Supremo Criador, consinta que o seu espírito luminoso oriente e inspire os julgadores desta Circunscrição, nos momentos de aflição, quando entre quatro paredes tiverem de decidir vidas alheias, a fim de que a Justiça nesta cidade, como no dizer de Rui, “seja mais alta que a coroa dos reis, e tão pura como a coroa dos Santos.”

Excelentíssimo Senhor Presidente,

São estas as palavras que me ditou o coração, e em nome dos familiares do saudoso Desembargador José Fernandes, agradeço ao egrégio Tribunal, na pessoa de Vossa Excelência, esta homenagem de transcendental significado.

Muito obrigado.